

Crise, gastos e MPs: novos desafios do Senado

José Sarney assume a Presidência do Senado em meio a uma crise internacional que reverbera na economia brasileira. Diante do cenário nebuloso, uma

de suas primeiras medidas é cortar R\$ 51 milhões em despesas da Casa. Outro desafio que ele promete enfrentar é o furor do Executivo na edição de MPs.

páginas 2 a 5

Ressurge debate sobre o polêmico *spread* bancário

Spread é a diferença entre o que um banco paga para obter dinheiro e o que ele cobra dos clientes. Para ACM Júnior, o altíssimo *spread* brasileiro resulta do oligopólio dos bancos.

páginas 6 e 7



ACM Júnior diz que concorrência maior pode reduzir juros

MOREIRA MARIZ



A nova Mesa: Mão Santa (E), Serys, Heráclito, Sarney, Marconi, João Vicente e Patrícia Saboya (destaque)

Serys ressalta eleição de duas senadoras para direção da Casa

página 12

e mais...

agora é lei	4
ambiente legal	5
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Os benefícios de contribuir para a Previdência

A contribuição previdenciária paga pelo trabalhador garante a ele benefícios do INSS. Saiba quais são as categorias de segurados, o percentual do salário com que devem contribuir para a Previdência e o que têm direito de usufruir.

página 16

justiça

Empresas recorrem ao Supremo contra excesso de feriados

A Confederação Nacional do Comércio acionou o STF contra o estado do Rio de Janeiro, que recentemente criou três novos feriados. A ação reaquece o debate sobre o papel de estados e municípios na fixação de datas em que empregados são dispensados do trabalho – e patrões pagam hora-extra.

páginas 10 e 11

burocracia

Governo promete alívio para sofrimento de quem vai ao cartório

O governo acaba de editar um decreto e um projeto de lei – que chega nos próximos dias ao Congresso – com medidas para reduzir a burocracia no país. Trata-se da mais nova tentativa de acabar com exigências anacrônicas, como reconhecimento de firma e cópia autenticada de documentos.

páginas 8 e 9

eleição



Já eleitos, o senador José Sarney e o deputado Michel Temer percorrem a rampa do Congresso Nacional, que será chefiado pelo PMDB nos próximos dois anos

José Sarney preside o Senado pela terceira vez

Senador do PMDB vence disputa com Tião Viana (PT), por 49 votos a 32, e promete renovar o Parlamento. Na Câmara, também venceu o PMDB

Com 49 dos 81 votos do Plenário, o senador José Sarney (PMDB-AP) foi eleito, na segunda-feira passada, para conduzir a Casa no biênio 2009/2010. Seu concorrente, o senador Tião Viana (PT-AC), recebeu 32 votos. Sarney assumiu a função destacando o compromisso de fazer um Senado melhor e mais renovado.

No discurso, o presidente disse assumir o cargo pela terceira vez com o senso da maior responsabilidade e a consciência do desafio que esta eleição representou em sua carreira política. Além de agradecer a Deus o destino a ele reservado, saudou os senadores que votaram em Tião Viana; assinalou a admiração, o carinho e o

respeito angariados por seu antecessor, Garibaldi Alves (PMDB-RN), no exercício da Presidência da Casa e prometeu reafirmar a independência do Senado e exigir respeito à instituição. Tião Viana agradeceu os apoios e desejou “pleno êxito” a Sarney.

Antes de iniciado o processo de votação, os líderes partidários falaram em defesa de seus candidatos. Por Tião Viana, os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Osmar Dias (PDT-PR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

A favor de Sarney discursa-

ram o presidente do DEM, José Agripino (RN), e Garibaldi, que chegou a postular a recondução à Presidência do Senado, mas abriu mão em favor de José Sarney.

PMDB também chefiará Câmara dos Deputados

Com 304 votos, num total de 509 deputados presentes, Michel Temer (PMDB-SP) foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para o biênio 2009-2010. Ele disputou a eleição com Ciro Nogueira (PP-PI), que obteve 129 votos, e Aldo Rebelo (PCdoB-SP), candidato pelo bloco PCdoB-PSB-PMN-PRB-PSOL, que recebeu 76 votos. Não houve votos em branco ou nulos.

Garibaldi pede união na luta pelas prerrogativas do Legislativo



Garibaldi abraça Sarney após proclamar o resultado: ex-presidente reafirmou defesa das prerrogativas legislativas

No seu discurso de despedida da Presidência, o senador Garibaldi Alves afirmou que o maior compromisso do Legislativo é com a sua independência e com a luta para que o Executivo e o Judiciário não usurpem suas prerrogativas. Ele pediu que deputados e senadores encarem essa luta com devoção.

– Nossa função é, realmente, diante do Executivo e do Judiciário, não permitir que o governo invada a competência do Legislativo e não permitir que o Judiciário faça leis. E isso eu disse na presença do presidente Lula e do presidente do Judiciário, ministro Gilmar Mendes – afirmou.

Garibaldi manifestou a certeza

de que a harmonia entre os Poderes não significa complacência e falta de afirmação de qualquer um deles. Lembrando seus quatro mandatos como deputado e seus dez anos como senador, disse que, como muitos parlamentares, chegou ao Senado comportando-se como “estilingue”, isto é, como opositorista, transformando-se finalmente em vidraça, numa referência ao cargo de presidente que ali deixava.

– Estilingue ou vidraça, quero dizer que o Legislativo merece toda a nossa devoção. Eu pediria que encarassem a luta pelas prerrogativas do Legislativo com devoção – defendeu Garibaldi Alves.

Tião Viana afirma que seguirá buscando melhorar a Casa

Ao final da votação que deu a vitória a José Sarney, o senador Tião Viana se disse honrado com os 32 votos que recebeu.

– Nesta hora, há vencedores e vencidos. Tenho muita honra de ter tido 32 votos nessa eleição; votos comprometidos com aquilo que apresentei: o melhor propósito para o Senado do Brasil, para o Poder Legislativo – afirmou.

Tião Viana ressaltou que continuará buscando o melhor para o Senado. Ele recordou as últimas eleições para presidente, há dois anos, e se comparou ao então candidato José Agripino (DEM-RN), que perdeu para Renan Calheiros (PMDB-AL), tendo recebido 28 votos.

Tião Viana disse ainda ter respeito pelos votos obtidos pelo senador José Sarney e desejou “muito êxito”.

Sarney diz a Lula: “Excesso de MPs não pode continuar”

O presidente do Senado, José Sarney, foi recebido na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem conversou sobre o excesso de medidas provisórias (MPs) editadas pelo Executivo. Na ocasião, Sarney considerou “inaceitável” a edição de tantas MPs. Lula concordou que há um exagero nessas iniciativas, reconhecendo que é preciso encontrar uma solução para o problema.

Para Sarney, o recurso governamental da MP, que coloca em vigor decisões administrativas que não se enquadram em situações de urgência e relevância, deixando ao largo as prerrogativas do Legislativo, não pode prosseguir. “Isso não pode continuar como está. Esse modelo chegou ao fim”, disse ele aos repórteres.

O senador afirmou que deseja manter com o Poder Executivo uma relação de harmonia e independência, como determina a Constituição.

Sarney também disse que, tendo sido eleito com votos de todos os partidos representados no Senado, conduzirá a Casa dentro das regras da autonomia. “Vou separar as relações pessoais das institucionais”, avisou.

Com Gilmar Mendes, tom conciliador e harmonia

Acompanhado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, o presidente do Senado, José Sarney, visitou na quarta-feira o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. O encontro reforçou o tom conciliador que Sarney tem procurado enfatizar desde a posse: os três presidentes exibiram um discurso que privilegiou a harmonia entre os Poderes.

Sarney disse que a visita simboliza a reafirmação da tradição de uma convivência sem atritos entre os Poderes Legislativo e Judiciário. O presidente do Senado lembrou que foi entregue ao STF a missão de ser o guardião da Constituição, acrescentando que, ao cumpri-la, o Supremo também guarda a ordem jurídica que assegura a convivência democrática no país.

Temer ressaltou que há equívocos em relação ao “ativismo judicial” de que o STF tem sido acusado. Para ele, não é isso que o Supremo vem fazendo, mas, sim, interpretando o texto constitucional.

– Apanham-se os princípios constitucionais e se faz a interpretação. É claro que a Constituição está dependendo de uma regulamentação. Nós já constituímos uma comissão que vai regulamentar todo o texto constitucional.



Dois dias após sua eleição, recebido pelo presidente Lula no Palácio do Planalto, José Sarney criticou o excesso de medidas provisórias. Abaixo, com Temer e o presidente do STF, Gilmar Mendes (E)



abertura

Três Poderes estão maduros para diálogo, diz Gilmar Mendes

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, disse, na sessão de instalação da nova legislatura, que os três Poderes da República encontram-se preparados e maduros para um diálogo positivo, inteligente e suprapartidário no sentido de tornar mais ágil, acessível e transparente o trabalho da Justiça.

Na mensagem do Judiciário, Mendes enfatiza o trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vem tomando decisões acertadas para controle, racionalização e transparência administrativa e processual da Justiça, com garantia de efetivo respeito às execuções penais. Entre as decisões do CNJ, ele cita a aprovação do Código de Ética da Magistratura Nacional e a edição da Súmula 13, que proíbe o nepotismo nos três Poderes. O conselho, continua Mendes, também tem aperfeiçoado ferramentas com vistas ao controle da população carcerária do país e à implantação de um cadastro nacional de condenados por atos de improbidade administrativa, além de um sistema nacional de bens apreendidos.

O ministro destaca ainda que o CNJ vem desenvolvendo campanha pela efetividade da Lei Maria da Penha, com apoio à criação de varas e juízes especializados no atendimento às vítimas de agressão, além de atuar em campanhas de estímulo ao registro de nascimento de crianças e a programas que viabilizem transparência e celeridade das execuções penais.

A adoção da súmula vinculante (que obriga juízes de instância inferior a seguirem decisão unânime do STF) e do recurso extraordinário (contra decisões de outros tribunais, em única ou última instância, quando houver ofensa à norma da Constituição), segundo Gilmar Mendes, são instrumentos que vêm agilizando o trabalho das autoridades judiciais em todo o país. Em 2007, acrescenta, 68 milhões de processos tramitaram no Judiciário. Segundo o presidente do STF, o acesso à Justiça ainda é problema para grande parte da população, que pode ficar mais prejudicada caso não haja revisão constante da prática judicial vigente no país.



Michel Temer (E), José Sarney, Gilmar Mendes e Dilma Rousseff acompanham execução do Hino Nacional durante cerimônia de abertura da nova sessão legislativa

Congresso reabre com meta de reduzir medidas provisórias

O presidente do Senado defendeu o fortalecimento do Parlamento e estabeleceu a mudança no rito das MPs e as reformas tributária e política como prioridades nos dois anos de sua gestão

O chão do Plenário da Câmara ainda estava coberto por cartazes e panfletos dos candidatos aos cargos da Mesa naquela Casa quando o presidente do Senado, José Sarney, que preside o Congresso, abriu no dia 2 de fevereiro a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, dando, assim, início aos trabalhos. Sarney estabeleceu como principais metas para os próximos dois anos mudar o rito das medidas provisórias e avançar nas reformas tributária e política.

Para ele, é preciso restabelecer a plenitude das funções do Parlamento, restringindo a edição de MPs e transferindo ao Executivo as medidas administrativas, que devem ser de sua competência exclusiva. “O rito de tramitação das MPs transformou-se numa armadilha que perturba o funcionamento das instituições”, avaliou, lembrando que o Senado aprovou projeto, que está na Câmara, alterando esse regime. Em relação à reforma política, Sarney defendeu a adoção de um sistema misto, distrital e de listas. Assim,

segundo ele, seria resolvido o problema da fidelidade partidária. O presidente do Senado afirmou que é preciso reduzir os “níveis inaceitáveis” da carga tributária, que é distribuída de forma injusta e ineficaz.

O trabalho legislativo deve ser calcado em profunda consciência moral sobre as suas responsabilidades, somada “à obstinada decisão de não cometer erros e de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos”, sublinhou o senador. E acrescentou: “Não temos lições de transpa-

rência a receber, mas podemos e devemos agir para que desapareçam quaisquer sombras que porventura levem à desconfiança para com o Parlamento”.

Pelo cerimonial legislativo, discursaram antes de Sarney o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; o presidente da Câmara, Michel Temer; e o 1º secretário, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que leu a mensagem do presidente da República, representado na cerimônia pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Brasil tem boas condições para enfrentar crise mundial, afirma Lula

Em sua mensagem ao Legislativo, lida na abertura dos trabalhos do Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirma que o país tem atualmente “boa margem de manobra” para superar a crise financeira internacional. Ele reconhece o papel fundamental do Congresso no debate das medidas a serem tomadas para conter a crise.

O presidente destaca, entre as decisões do governo até agora, as ações emergenciais para normalizar o crédito, implementadas pelos bancos ofi-

ciais e as medidas para manter o nível de atividade econômica e de emprego em setores com maior repercussão sobre o conjunto da economia como a agricultura, a construção civil e a indústria automobilística.

“Temos todas as condições para enfrentar os períodos mais agudos desta crise internacional”, destaca Lula na mensagem, comemorando a expansão e a diversificação das exportações brasileiras, a conquista de novos mercados e o fortalecimento das reservas em moeda estrangeira

Michel Temer defende confiança nas instituições democráticas

O novo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, afirmou que o povo deve confiar nas instituições ligadas aos três Poderes republicanos, que vêm trabalhando de forma independente, mas harmoniosa, como forma de garantir o bem da sociedade. A avaliação foi feita durante a sessão solene de abertura dos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura do Congresso. Na ocasião, houve a entrega ao Legislativo das mensagens do Judiciário e do Executivo.

Michel Temer afirmou que a solenidade de entrega das mensagens não pode ser con-

siderada mera formalidade, mas “a revelação óbvia e a prova de que os parlamentares são meros executores de um poder que é do povo, por meio de seus órgãos constituídos”.

Michel Temer disse ainda que à democracia formal deve ser acrescentada a democracia social, que se traduz na melhoria das condições de vida da população brasileira.

– De nada adianta dizer para o povo que tem liberdade de manifestação se ele não tiver o pão sobre a mesa, a chamada democracia social – salientou o novo presidente da Câmara.

comissões



Para Eduardo Azeredo (E) e Heráclito Fortes, da CRE, Senado precisa ajudar na busca de alternativas econômicas para o país

Senadores apoiam ideia de comissão anticrise

Novo presidente do Senado, José Sarney, sugere criação de grupo especial para acompanhar a crise econômica. Heráclito e Azeredo concordam

A criação de uma comissão especial para acompanhar a crise econômica internacional, sugerida pelo presidente José Sarney, poderá ajudar o Senado a buscar novas alternativas, no momento em que a recessão se estabelece em vários países. Essa é a avaliação do presidente e do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Edu-

ardo Azeredo (PSDB-MG).

Após conversar com Sarney, Heráclito observou que ainda será necessário estabelecer o formato da comissão, que teria entre suas atribuições alertar para as dificuldades a serem enfrentadas pelo país e sugerir medidas de combate aos efeitos da crise.

– A comissão ajudará o Senado a não ficar a reboque dos acontecimentos – previu Heráclito.

Eduardo Azeredo também considerou “muito oportuna” a sugestão apresentada pelo novo presidente do Senado. E acrescentou que a crise tem demonstrado que pode ser bem mais longa do que se imaginara. E, depois de abalar os mercados, provocando quedas nas bolsas de valores, já causa estragos na economia real, levando milhões de trabalhadores ao desemprego no Brasil e no mundo.

Senado suspende sessão em homenagem a Adão Preto

Em respeito ao deputado Adão Preto (PT-RS), falecido na quinta-feira, o Senado suspendeu a sessão plenária. Vários senadores exaltaram a memória do parlamentar. A 2ª vice-presidente da Casa, Serys Slhessarenko (PT-MT), pediu um minuto de silêncio.

Valter Pereira (PMDB-MS) ressaltou a atuação de Adão Preto em defesa dos pequenos agricultores. José Nery (PSOL-PA) destacou o lema usado por ele – “um pé na luta, outro no Parlamento”. Marco Maciel (DEM-PE) mencionou sua participação na Pastoral Parlamentar Católica.



O deputado federal Adão Preto se destacou na defesa de pequenos agricultores e trabalhadores sem terra

Parlamentares lembram centenário de dom Hélder

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentaram requerimentos solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de dom Hélder Câmara, completado em 7 de fevereiro de 1909. Os pedidos ainda esperam votação.

Um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Hélder foi arcebispo de Olinda e Recife e defendeu os direitos humanos durante o regime militar.

MP que beneficia construção civil inaugura pauta de 2009

O primeiro item da pauta da primeira sessão deliberativa do Senado em 2009 é o projeto de lei de conversão (PLV) oriundo da medida provisória (MP 445/08) que facilita o crédito para empresas de construção civil, com o objetivo de manter esse mercado aquecido e contornar os efeitos da crise financeira internacional. São 60 matérias na ordem do dia. Podem também ser votadas em primeiro turno duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que acabam com o voto secreto para decisão sobre perda de mandato e uma que institui voto aberto para todas as deliberações do Congresso.

O PLV 31/08 dispensa de recolhimento, pela Caixa Econômica Federal, de parte dos dividendos e juros sobre empréstimos com capital próprio, no período de 2008 a 2010. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o governo busca, com essa me-

dida, beneficiar a construção de moradias, com a oferta de crédito destinado ao capital de giro das empresas de construção civil. A iniciativa significa injeção de recursos para o setor, que passa por dificuldades de acesso ao crédito devido à crise.

O texto já aprovado pelos deputados estabelece ainda que o montante de dividendos e juros que a Caixa dispensará da cobrança será definido pelo Ministério da Fazenda, sendo respeitado o recolhimento mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Uma das mudanças feitas à MP original pelo projeto aprovado na Câmara é a obrigatoriedade de a Caixa disponibilizar o total dessas operações de empréstimos em seu sítio na internet, além de encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês subsequente, um relatório semestral sobre as operações contratadas.

Projeto sobre filantrópicas será votado nesta semana, diz Jucá

O projeto sobre entidades filantrópicas apresentado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), deverá ser votado pelas comissões nesta semana e enviado ao exame dos deputados. O anúncio foi feito na quarta-feira passada pelo senador, que também confirmou que a Câmara dos Deputados rejeitará a medida provisória que altera as regras para certificação de entidades filantrópicas (MP 466/08).

– A MP das Filantrópicas perdeu o objeto e, por essa razão, vai cair – afirmou Jucá.

Em novembro do ano passado, insatisfeito com o excesso de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo e com a denúncia de que a MP 466 beneficiaria uma série de entidades filantrópicas em situação irregular, o então presidente do Se-

nado, Garibaldi Alves, devolveu a proposta ao Poder Executivo. O argumento do senador foi que a medida não atendia aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, exigidos para a edição de MPs.

Jucá chegou a apresentar recurso contra essa decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que ainda não o analisou. Paralelamente, o líder do governo resolveu apresentar um projeto de lei (PLS 462/08) tratando do assunto, que tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), para votação em decisão terminativa nesta última.

– Meu projeto aperta mais o cerco às filantrópicas, obriga a revisão de todas as concessões já realizadas e amplia a fiscalização – explicou.

agora é lei



Pela Classificação Brasileira de Ocupações, bombeiros civis e salva-vidas estão na mesma família de profissões; regulamentação esperou 20 anos no Congresso

Lei reconhece profissão de bombeiro civil

Após uma luta de muitos anos, os bombeiros civis conseguiram ter a profissão reconhecida. A Lei 11.901, publicada no *Diário Oficial* do dia 13 de janeiro, define a atividade, suas classificações e os direitos dos bombeiros civis – também conhecidos como brigadistas –, tais como jornada de trabalho de 36 horas semanais, uniforme especial pago pelo empregador, seguro de vida e adicional de periculosidade de 30% do salário. O cálculo não inclui gratificações, prêmios ou participação nos lucros, caso existam.

A classificação será feita conforme a formação escolar: bombeiro civil, nível básico, combatente

direto ou não do fogo; bombeiro civil líder, formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho; e bombeiro civil mestre, formado em engenharia com especialização em prevenção e combate a incêndio. A lei reconhece como bombeiro civil o profissional que, habilitado, “exerça, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio”.

Eles poderão ser contratados pela iniciativa pública ou privada, sociedades de economia mista ou empresas especializadas na área. Também poderão atuar em con-

junto com o Corpo de Bombeiros Militar. Para o coordenador de identificação e registro profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, Francisco Gomes, esse é o principal dispositivo incluído na nova lei. “É pertinente a criação da categoria principalmente quando a lei submete à área militar a competência em áreas de situação de risco e acidentes mais graves. Os militares são chamados a tomar a frente no processo”, esclarece.

A proposta original foi apresentada, em 1989, pelo então senador Marcos Mendonça. Antes da nova lei esses profissionais já estavam registrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

decisões

Senado corta R\$ 51,2 milhões em gastos

Gráfica fica proibida de imprimir material que não seja “inerente à atividade parlamentar” e servidores não podem fazer cursos fora do DF

O presidente do Senado, José Sarney, assinou na noite de terça-feira passada três atos administrativos determinando a adoção de medidas de contenção de

despesas e um corte de 10%, ou R\$ 51,2 milhões, no orçamento de custeio (valor gasto com o funcionamento da Casa) e investimento.

De acordo com os atos de

Sarney, as medidas adotadas são uma “maneira de adequar o Senado Federal à atual situação econômica e financeira global”.

Veja o resumo das medidas:

– a Gráfica do Senado (Se-

cretaria Especial de Editoração e Publicações) fica proibida de imprimir qualquer material não relacionado à atividade parlamentar;

– os órgãos internos são obrigados a fazer os cortes necessários de forma a permitir que a Casa alcance uma redução de 10% (R\$ 51,2 milhões) nos orçamentos de custeio e investimento;

– fica suspensa a concessão, a servidores da Casa, de treinamentos, seminários, congressos e cursos que se realizem fora do Distrito Federal, “considerando a ampla oferta de cursos em

especialização e pós-graduação oferecidos em Brasília”;

– em nenhuma hipótese serão pagas passagens, diárias ou ajuda de custo a servidores do Senado pela eventual participação em treinamentos, seminários, congressos e cursos fora do Distrito Federal.

– Vamos procurar fazer com que, cada vez mais, a gente tenha melhores serviços, gastando menos – disse José Sarney, que aproveitou para anunciar a criação de uma comissão permanente, com especialistas da Casa, para acompanhar a crise financeira mundial.

Senadores elegem e empossam nova Mesa diretora

O Plenário elegeu na semana passada os integrantes da Mesa diretora. Com base no critério da proporcionalidade, os maiores partidos escolheram as primeiras posições. Só houve impasse no caso da 4ª Secretaria, que acabou nas mãos do PDT, após disputa com o PR.

Presidência:

José Sarney (PMDB-AP)

1ª Vice-Presidência:

Marconi Perillo (PSDB-GO)

2ª Vice-Presidência:

Serys Slhessarenko (PT-MT)

1ª Secretaria:

Heráclito Fortes (DEM-PI)

2ª Secretaria:

João Vicente

Claudino (PTB-PI)

3ª Secretaria:

Mão Santa (PMDB-PI)

4ª Secretaria:

Patrícia Saboya (PDT-CE)

Suplentes:

César Borges (PR-BA), Adelmir Santana (DEM-DF), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gerson Camata (PMDB-ES).

GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



GERALDO MAGELA



JOSÉ CRUZ



Marconi Perillo (E), Serys Slhessarenko, Heráclito Fortes, João Vicente Claudino, Mão Santa e Patrícia Saboya compõem a Mesa para o biênio 2009-2010, juntamente com o presidente José Sarney

Apenas quatro bancadas partidárias substituem líderes neste novo biênio

Os senadores Aloizio Mercadante (SP) e Renan Calheiros (AL) são os novos líderes, para o biênio 2009/2010, dos seus partidos: PT e PMDB. O PTB e o PSB também substituíram seus líderes. Pelo primeiro, responde Gim Argello (DF); pelo segundo, Antônio Carlos

Valadares (SE). Os demais partidos mantiveram seus líderes: José Agripino (DEM-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Osmar Dias (PDT-PR), João Ribeiro (PR-TO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), José Nery (PSOL-PA), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Escolha de presidentes e vices das comissões permanentes deve ocorrer nesta semana

A escolha dos presidentes e vices das comissões do Senado deve ocorrer nesta semana. Os senadores não alcançaram um acordo na semana passada sobre a representação dos partidos nos 11 colegiados permanentes da Casa.

As indicações para as comissões temáticas também devem alterar

a direção das 21 subcomissões a elas subordinadas.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que, caso a escolha da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) caiba ao partido – como aconteceu na última eleição para o Senado, com Marco Maciel (DEM-PE) –, o indicado será Demostenes Torres (GO).

Suplicy e Demostenes divergem sobre asilo concedido a Cesare Battisti

Demostenes Torres (DEM-GO) e Eduardo Suplicy (PT-SP) divergiram na quarta-feira sobre a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio político a Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua em Itália por quatro homicídios.

Suplicy leu em Plenário carta da escritora francesa Fred Vargas segundo a qual, no julgamento

de Battisti, ele “estava ausente e não teve conhecimento nem direito a uma defesa normal”.

Demostenes lembrou que Battisti foi condenado pela Justiça da Itália, um país democrático. Suplicy tentou apartear-lo para contestar as informações, mas Demostenes negou o aparte, o que ensejou um bate-boca entre os dois senadores.

GERALDO MAGELA



Suplicy (E) e Demostenes discutiram no Plenário, o que levou Mão Santa, que presidia a sessão, a desligar os microfones e encerrar os trabalhos

Energia de Itaipu é tema de reunião entre brasileiros e paraguaios

Um dos principais compromissos dos integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em Montevidéu, onde participaram de sessão preparatória do órgão legislativo do bloco, é um encontro, nesta segunda-feira, com parlamentares e integrantes do governo paraguaio para discutir questões surgidas nas relações Brasil-Paraguai. Entre os temas que deverão ser analisados, estão as negociações em torno da reivindicação do governo paraguaio de aumento do preço da energia elétrica produzida pela usina binacional de Itaipu e o critério de representatividade no parlamento.

O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul será votado pela Representação Brasileira no dia 18 de fevereiro.

ambiente legal

É proibido fumar em carro com criança

Entrou em vigor na província de Ontário, a mais populosa do Canadá, uma lei que proíbe o fumo em veículos que estejam transportando crianças. A multa por fumar em um carro com crianças é de 250 dólares canadenses (cerca de US\$ 200). Há leis similares na província da Nova Escócia e em vários locais dos Estados Unidos, como Arkansas, Califórnia, Louisiana e Maine.

Concentração de fumaça

Segundo o Ministério da Saúde canadense, a concentração de fumaça nos veículos de fumantes é quase 30 vezes maior do que nas casas, e a fumaça nos automóveis constitui a principal fonte de tabagismo passivo para as crianças. A abertura das janelas (dos carros ou das casas) não elimina os produtos nocivos dos cigarros.

Ar puro garante uma vida mais longa

Estudo publicado no *New England Journal of Medicine* mostra que a melhora na qualidade do ar aumenta a expectativa de vida. Avaliando dados populacionais de 51 áreas metropolitanas dos EUA,

cientistas constataram que a redução de dez microgramas por metro cúbico de partículas poluentes finas estava associada a um aumento médio de sete meses na expectativa de vida.

Contaminação mata 19 paulistanos por dia

Resultados preliminares de um estudo desenvolvido no Instituto Nacional de Análise Integrada de Risco Ambiental da USP revelam que os poluentes emitidos pelos veículos na cidade de São Paulo diminuem em um ano a expectativa de vida dos paulistanos. “Podemos dizer que ocorrem 19 mortes por dia decorrentes da poluição. Constatamos na pesquisa que as perdas causadas por essas mortes chegam a R\$ 1 bilhão por ano”, observou Paulo Saldiva, coordenador da pesquisa.

Poluição afeta 1 milhão de bebês por ano na China

O *China Daily* informa que a cada 30 segundos nasce um bebê portador de má-formação genética na China, o que é explicado em parte pela poluição que atinge, sobretudo, as zonas produtoras de carvão do país. O jornal ressalta que 1,1 milhão de bebês nascidos anualmente no país apresentam alguma anomalia.

crise

O spread bancário na berlinda

Maiores do mundo, taxas cobradas pelos bancos brasileiros realimentam a inadimplência no país

A crise econômica mundial trouxe de novo à tona a discussão sobre as altas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros. Desta vez o vilão seria o *spread* – a diferença entre a remuneração paga pelos bancos quando captam o dinheiro no mercado e as taxas de juros que cobram pelos empréstimos – e não a taxa de juros Selic, definida pelo Conselho de Política Monetária do Banco Central (Copom) e alvo da artilharia dos críticos dos juros altos até agora.

Segundo estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a média do *spread* embutido nas taxas de juros brasileiras foi de 34,88% em 2008, a maior do mundo e 11 vezes superior à média internacional. Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) relacionou o *spread* à renda *per capita* em 42 países, donos de 90% do PIB mundial, concluindo que o *spread* dos bancos brasileiros deveria oscilar em torno de 4% (ver quadro). Mas cálculos do Banco Central apontam um *spread* médio em 2008 de 26,54%.

De um estudo para outro variam os cálculos e metodologias, mas sobressai um dado comum: os *spreads* parecem excessivos. A

Federação Brasileira de Bancos (Febraban) argumenta que o *spread* vinha caindo com a estabilidade da economia, os ganhos de eficiência e escala e os avanços na legislação, e só voltou a subir em razão da crise, que reduziu o crédito e elevou muito a expectativa de inadimplência.

De acordo com o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, a indústria gasta mais em *spread* do que investe em pesquisa e desenvolvimento e com toda a folha de pagamento.

A crise começou no sistema financeiro, com suas operações com derivativos, e esse mesmo sistema agora penaliza os bons pagadores em razão do aumento da inadimplência que os próprios bancos causaram e que continuam realimentando ao aumentarem o *spread* – analisa José Ricardo.

O debate, que cresce à medida que aumenta a competição pelos já escassos recursos para financiamento das empresas, chegou ao Palácio do Planalto. Atendendo a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os secretários de Política Econômica e da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa e



Prédio do Banco do Brasil, em dia de chuva em Brasília: piora da situação econômica põe foco no *spread* cobrado no país

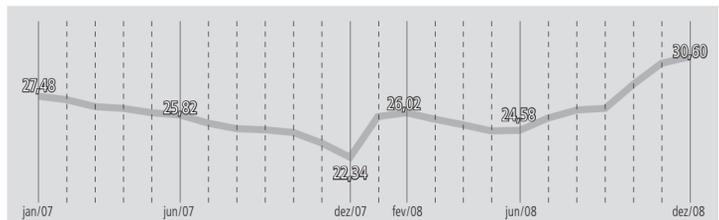
Bernard Appy, e o diretor de Normas do Banco Central, Alexandre Tombini, estão elaborando um estudo sobre *spread* para subsi-

diar as discussões e decisões do governo. Já o Banco Central, por sua vez, passou a divulgar em seu *site* (bcb.gov.br/TXJUROS),

de forma simplificada e acessível, um *ranking* com as taxas de juros praticadas pelos bancos em várias linhas de crédito.

Evolução do *spread* médio mensal

Dados do Banco Central para o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2008



Capital de giro prefixado

Posição*	Banco	Juros
14ª	Caixa Econômica Federal	6,78
18ª	Banco do Brasil	8,04
20ª e 25ª	Unibanco + Itaú	8,38 e 8,58
26ª	Bradesco	8,77
28ª e 33ª	ABN + Santander	9,01 e 9,90
34ª	HSBC	10,02

A Febraban diz que a estabilidade econômica reduziu o *spread* e que ele só voltou a subir devido à crise, à redução do crédito e à alta expectativa de inadimplência.

Cheque especial pessoa física

Posição*	Banco	Juros
13ª e 39ª	Santander + ABN	1,98 e 3
18ª	Caixa Econômica Federal	2,17
31ª	Banco do Brasil	2,74
27ª e 34ª	Unibanco + Itaú	2,59 e 2,88
50ª	Bradesco	3,36
62ª	HSBC	4,20

Fonte: Banco Central (de 19 a 23 de janeiro de 2009)

* Posição no *ranking* de juros original, divulgado pelo Banco Central (foram selecionados da tabela elaborada pelo Banco Central os seis maiores bancos brasileiros em ativos, em razão de os primeiros colocados, em sua maioria, serem bancos de crédito direcionado).

Entenda o *spread*

O *spread* é a diferença entre o que os bancos pagam para captar o dinheiro – remuneração paga pelas aplicações dos clientes – e o que cobram para emprestar (taxa de juros). O *spread* é, portanto, o preço que os bancos cobram pela mercadoria que vendem.

Como em qualquer atividade comercial, ao colocarem “preço” na sua mercadoria, as instituições financeiras incluem as despesas inerentes à sua atividade: tributos, custo do depósito compulsório (os bancos são obrigados a depositar quase metade dos recursos captados no Banco Central), custos operacionais e, o mais importante, a expectativa de inadimplência, que

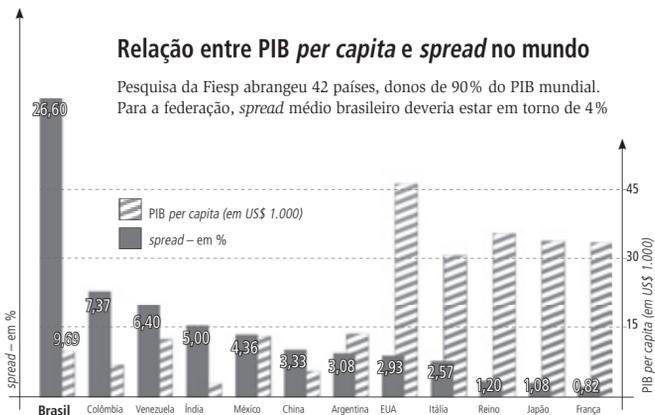
vem a ser o risco de não receber, ou receber com muito atraso, os recursos emprestados.

Composição do *spread*

De cada R\$ 100 ganhos em *spread*, pelo menos R\$ 26,93 ficam com os bancos

Spread bruto	100,00
Custo do compulsório	3,60
Custo administrativo	13,50
Impostos, tributos e taxas	18,62
Inadimplência	37,35
Líquido	26,93

Fonte: Banco Central - Relatório de economia bancária e crédito 2007



Relação entre PIB *per capita* e *spread* no mundo

Pesquisa da Fiesp abrangeu 42 países, donos de 90% do PIB mundial. Para a federação, *spread* médio brasileiro deveria estar em torno de 4%

ACM Júnior aponta existência de oligopólio e pede concorrência efetiva

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu, falando ao *Jornal do Senado*, medidas que estimulem a concorrência, além de uma análise detalhada dos custos dos bancos, principalmente quanto às tarifas.

– É preciso que o governo reduza o compulsório e os impostos que incidem sobre o *spread*. Mas isso isoladamente não garante que o benefício não acabe por se converter em mais lucro para os bancos ao invés de baixar as taxas de juros. Por isso, mais do que qualquer medida pontual, o que pode resolver em definitivo a questão é a concorrência efetiva. Hoje, como está, o que existe é um oligopólio, não concorrência. E essa situação só piorou com a crise, já que grandes empresas, como a Petrobras, que sempre buscaram empréstimos mais baratos no exterior, começam a recorrer aos bancos do país, inflando a demanda e enjugando ainda mais os já escassos recursos disponíveis – ressalta. Um estímulo à concorrência, para ele, seria a aprovação pela Câmara de projeto (PLS 412/03) do então senador Antonio Carlos Magalhães que atribuiu ao Cade a decisão sobre fusões e aquisições de instituições financeiras, hoje a cargo do Banco Central. ACM Júnior adverte ainda para o hábito do brasileiro de preocupar-se com o valor da prestação, e não com o total do pagamento por um produto.



JOSE CRUZ

Empresários têm razão ao reclamar dos juros, diz Arthur Virgílio

Na opinião de senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a redução da taxa de juros amenizaria os efeitos da crise mundial.

– Os empresários têm razão ao reclamar dos juros praticados no Brasil, os mais altos do mundo. Principalmente neste momento em que muitas empresas precisam recorrer a empréstimos, já que a crise vai deixando de ser mera “marolinha” no país. Ela está saindo das páginas dos jornais e dos noticiários para ganhar as ruas. Sua face real e cruel começa a aparecer: déficit na balança comercial, o primeiro desde 2001, redução da atividade industrial, aumento do desemprego – argumenta. Para Arthur Virgílio, tanto a Febraban quanto a Fiesp defendem de forma legítima os interesses dos respectivos setores. No entanto, é preciso que a taxa de juros deixe de ser instrumento de política monetária, para controle do consumo e da inflação. – Agora a taxa de juros está chamada a desempenhar outro papel, o de estímulo à produção e ao consumo, até porque a crise reduz o risco de um surto inflacionário – diz. Ele lembra que, embora o Comitê de Política Monetária tenha cortado um ponto percentual na taxa Selic, a redução ainda é muito tímida. Os juros oficiais são muito elevados, e a isso se junta o *spread*.



GERALDO IMAGELA

José Nery aponta ganância dos bancos, “incapazes de diminuir as taxas”

Ouvido pelo *Jornal do Senado* sobre a polêmica do *spread* bancário, o senador José Nery (PSOL-PA) acusa os bancos, mesmo quando apoiados pelo governo e ajudados por recursos públicos, de serem incapazes de baixar o *spread*.

– Isso só vem confirmar a lógica do capitalismo financeirizado. Mesmo a inclusão de um limite para os juros na Constituição não funcionou. Os bancos continuam a praticar um *spread* muito maior que a taxa Selic fixada pelo Banco Central. As forças econômicas se alinham e o motor que preside essa movimentação é encher o bolso, cada vez mais, ainda que com recursos públicos – declara. Sobre o argumento dos bancos de que a inadimplência aumenta o risco e tem que ser levada em conta no cálculo do *spread*, José Nery rebate: – Os bancos não emprestam um único centavo sem garantias. Esse argumento da inadimplência não procede, já que as instituições exigem como garantia dos empréstimos contrapartidas muito maiores que os próprios valores emprestados e sabem que vão receber – diz ele, pedindo mais concorrência no setor. Quanto aos juros altos dos bancos públicos, ele quer atitude mais firme do governo no controle dessas instituições.



GERALDO IMAGELA

Sugestões do Banco Central para baixar o *spread*

Em seu Relatório de Economia Bancária e Crédito 2007, o Banco Central (BC) reconhece o problema e propõe soluções, a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo e do próprio BC.

- Banco Central**
- Divulgar a portabilidade das

- informações cadastrais.
- Reduzir as exigências burocráticas para operações de pequeno valor.
- Conscientizar juízes de que suas decisões têm repercussão sobre os índices de inadimplência que compõem o *spread*.
- Poder Executivo**

- Reduzir os impostos indiretos (PIS, Cofins).
- Eliminar a incidência do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os créditos tributários a serem abatidos no futuro.
- Modernizar o Cadastro

Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e facilitar o acesso às informações.

- Poder Legislativo**
- Separar as parcelas contratuais (juros e principal) em processos de cobrança de empréstimos – assim não seria

permitido aos devedores adiar o pagamento do principal enquanto discutem na Justiça os juros, multas ou encargos.

- Regularizar o Cadastro Positivo (dos bons pagadores).
- Racionalizar processos judiciais e adotar súmulas vinculantes ou impeditivas de recurso.

Febraban alega que há erro do BC

No estudo “*Spread bancário no Brasil: tendências de longo prazo, evolução recente e questões metodológicas*”, a Febraban diz que a metodologia do Banco Central para calcular o *spread* está incorreta.

- As operações de crédito usadas pelo Banco Central para medir o *spread* representam apenas parte do total – 45,5%.
- Produtos com taxas mais altas e mais sensíveis a flutuações de curto prazo estão super-representados na amostra usada pelo BC.
- Analisando 73,6% das operações, o *spread* médio cai de 30,6% para 22,5%, conforme metodologia do Banco Central.

Ainda debatendo as críticas, a Febraban argumenta:

- Os *spreads* vinham caindo de forma consistente desde 2003, atingindo 22,34% em dezembro de 2007.
- A redução foi ainda mais acen-

tuada nos *spreads* para operações de pessoas físicas: de 59,91% em março de 2003 para 31,92% em dezembro de 2007.

- Embora menos, os *spreads* para pessoa jurídica também caíram de 15,25% em abril de 2003 para 11,89% em dezembro de 2007, praticamente em linha com padrões internacionais.
- Essa queda consistente refletia um conjunto de fatores, com destaque para a estabilidade macroeconômica, os ganhos de eficiência e escala e as melhoras no quadro regulatório.
- A crise financeira internacional provocou elevação dos *spreads* a partir do segundo semestre de 2008, em razão da redução da oferta de crédito e da expectativa de aumento da inadimplência.
- Em termos relativos, a elevação dos *spreads* para pessoa jurídica foi bem mais acentuada, refletindo a escassez de recursos externos, que fez aumentar a procura por crédito em reais.

Fiesp acusa bancos de se aproveitarem da crise

O que diz a Fiesp

- Os juros e *spreads* brasileiros são os maiores do mundo em um momento em que todos os países estão reduzindo juros.
- Em dezembro de 2008 o *spread* total foi o maior em cinco anos.
- Entre setembro e dezembro de 2008 o *spread* cresceu 16%, embora tenha havido redução do custo de captação de 9,7% e aumento de inadimplência de só 10%.
- Em dezembro de 2008 a participação do *spread* na taxa de juros foi de 70,8%, a maior desde 2000.
- A mais importante linha de crédito, o capital de giro (43% do saldo de operações), teve uma alta de 47% no *spread*, inclusive nos bancos públicos, embora a

inadimplência nessa linha tenha subido de 1,2% a 1,5% apenas.

- A indústria pagou, de outubro a dezembro de 2008, R\$ 1,1 bilhão a mais de *spread*, 25% a mais do que no período de janeiro a setembro.
- O valor pago de *spread*, que era de 95% dos salários pagos pela indústria, passou a 111% no fim de 2008.
- O aumento do *spread* aumenta a inadimplência, que por sua vez aumenta o *spread*, num círculo vicioso.
- O aumento de *spread* aumenta a despesa financeira, reduz investimento e dificulta a operação das empresas, levando ao desemprego.

O que diz a Fiesp sobre a composição do *spread*

- Compulsório: a redução

do compulsório não tem impacto no *spread*. Em dezembro de 2008, o compulsório teve o menor valor em anos e o *spread*, o maior.

- Carga tributária: o aumento do IOF em janeiro de 2008 foi imediatamente repassado para o *spread*, mas com a redução de 1,5% em dezembro não houve mudança.
- Custo administrativo: apesar das operações terem aumentado 58,6% no período pesquisado – o que teria trazido um ganho de escala –, o *spread* aumentou 7,9%.
- Inadimplência: embora a inadimplência das empresas de outubro a dezembro de 2008 tenha sido a menor de todo o período analisado, teve-se o maior valor de *spread* no mesmo período (18,1%).

Nova tentativa de aliviar calvário em cartórios

Executivo prepara, mais uma vez, propostas para diminuir burocracia e facilitar vida do cidadão, hoje obrigado a enfrentar altos custos e filas de cartórios, “sócios” ocultos do próprio governo

Em dezembro passado, uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope comprovou o que qualquer cidadão brasileiro já experimentou diversas vezes: dificuldades para emitir documentos, abrir ou fechar empresas, cumprir exigências legais, aprovar um crediário e obter direitos sociais.

Enquanto isso, nos mais de 13 mil cartórios do país, centenas de milhares de folhas são carimbadas e copiadas, fazendo tilintar a caixa registradora de uma “indústria” que arrecada, segundo estimativas oficiais, mais de R\$ 4 bilhões ao ano. Não se pode esquecer, porém, do “sócio” oculto dos tabeliães e notários, como são chamados os donos dos cartórios. Afinal, quase a metade das custas cobradas por eles vai parar nos cofres do governo, na forma de impostos.

O peso da burocracia no Brasil castiga de trabalhadores a empresários, de servidores a aposentados, de desempregados a estudantes. Onera a economia, atrasa a vida das pessoas, entope estantes e armários de papel. Os cartórios alegam que não fazem as regras, apenas as cumprem, e que as exigências emprestam segurança aos negócios – argumento duramente criticado pelos adversários da burocracia.

A burocracia é uma adversária não só por sua força, mas principalmente por sua resistência. Há 40 anos registrou-se a primeira tentativa de abolir a exigência do reconhecimento de firma e da cópia autenticada. Já se criou até um ministério, no final dos anos 70, para combatê-la. Mas ela segue firme e forte, fazendo valer a tradição iniciada nos tempos de Pedro Álvares Cabral.

Agora, mais uma vez, o governo federal pretende fazer valer

o que já está em lei há muitos anos, acabando com algumas exigências desnecessárias ou absurdas feitas ao contribuinte. A mais recente tentativa de domar a burocracia partiu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de um decreto e de um projeto de lei (veja o quadro) que chegará nos próximos dias ao Congresso.

– O tema envolve mudança cultural, por isso o governo quer dar o exemplo e trazer essa discussão de volta, lembrando à burocracia da desnecessidade do reconhecimento de firma – disse o ministro Paulo Bernardo.

Medidas idênticas já foram tentadas e têm sido adotadas em estados e municípios. Em 23 de janeiro de 2008, o governador José Serra (SP) assinou decreto que dispensa o cidadão da exigência de cópias autenticadas e firma reconhecida em qualquer ação que dependa da administração pública.

Apesar de elogiar a iniciativa do governo, o advogado José Piquet Carneiro, que preside o Instituto Hélio Beltrão, uma ONG voltada para o estudo da burocracia e da administração, lembra a resistência cultural do brasileiro à mudança neste campo. Ele também lamenta que, na proposta do Ministério do Planejamento, o prazo para a implementação plena das medidas (360 dias) seja muito longo.

Isso quer dizer que, até o final de 2009, órgãos públicos e autarquias poderão continuar exigindo cópias autenticadas, firmas reconhecidas ou atestados com informações que constam nas bases de dados do próprio governo – declarações que, exclusivamente por falta de interesse ou empenho da administração pública, não são acessíveis de forma mais direta e simplificada.

“Noventa e nove por cento dos brasileiros não são nem desonestos nem falsários. A excessiva exigência burocrática só serve para dificultar a vida dos honestos sem intimidar os desonestos, que são especialistas em falsificar documentos.”

Hélio Beltrão (1916-1997), ex-ministro da Desburocratização

“Não queremos nem temos a pretensão de dizer que vamos acabar com a burocracia, mas vamos reduzir e simplificar os procedimentos relativos ao Estado com o cidadão e as empresas. Queremos tirar medidas absurdas que se tornam uma verdadeira tortura para o cidadão.”

Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão



Cartório em Mato Grosso repete a cena em outras partes do país: longas filas e altos custos. Ministro Paulo Bernardo (D) retoma propostas de reduzir burocracia

As propostas do governo federal

Principais pontos do decreto

1. Ratifica a dispensa pelo governo do reconhecimento de firma em qualquer documento, quando assinado pelo interessado na presença do servidor.
2. Órgãos e entidades oficiais não poderão mais exigir do cidadão informações que já são do seu conhecimento e integram banco de dados oficiais. A medida teria 360 dias para entrar em vigor.
3. Órgãos federais deverão trocar entre si o acesso aos dados dos cidadãos, para permitir a emissão mais fácil de tais certidões.
4. Se não for possível obter certidão do próprio órgão ou entidade, o governo é obrigado a aceitar declaração escrita e assinada pelo cidadão, relatando os fatos.
5. Autenticação de documentos também não pode mais ser feita. Basta ao servidor comparar a cópia com o original e atestar ele mesmo a autenticidade.
6. Em qualquer caso, o cidadão é responsável penal, civil e administrativamente por eventuais declarações falsas que prestar, como já prevê a lei.
7. O governo vai criar uma Carta de Serviços ao Cidadão, com informações sobre o padrão do

atendimento, prioridades, tempo de espera, prazo para cumprimento de serviços, mecanismos de comunicação, entre outros itens.

Principais pontos do projeto de lei

1. Para reduzir o controle burocrático e acompanhar os resultados efetivos na administração pública, poderão ser assinados acordos entre órgãos públicos e o Ministério do Planejamento, fixando metas de desempenho. Isso também amplia a autonomia administrativa e orçamentária.
2. Fica criado um bônus de desempenho institucional (BDI), pago a título de incentivo financeiro aos órgãos da administração pública que cumpram as metas preestabelecidas nesses contratos.
3. As economias feitas por cada órgão com as “despesas correntes” (gastos administrativos) poderão ser reinvestidas nos próprios órgãos e aplicadas em aprimoramento da gestão e valorização do pessoal. É o chamado Programa de Premiação por Economia com Despesas Correntes.
4. O mesmo programa prevê incentivo aos servidores, inclusive com oferta de bonificação, para estimular e premiar a implantação de projetos e ações de racionalização no uso dos recursos públicos, entre outras ações.

Senado combateu ônus para empresas

Em 2005, por ato do então presidente Renan Calheiros, o Senado criou um grupo de trabalho para sugerir mecanismos que ajudassem a reduzir ou eliminar os trâmites burocráticos, nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. Fizeram parte do grupo os ex-senadores Fernando Bezerra (presidente), Rodolpho Tourinho, Luiz Otávio e Ramez Tebet (já falecido), além do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

O relatório do grupo de trabalho dedicou-se mais ao estudo da burocracia existente no processo de formalização de empresas, e não aos entraves burocráticos do cidadão propriamente dito, como é o caso do decreto

e do projeto do governo federal. Os senadores apresentaram, à época, propostas que hoje já se tornaram lei, como a criação do Super Simples, da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Entre os itens sugeridos pelos senadores em suas conclusões, havia ainda propostas para redução do custo regulatório do país, um dos mais elevados do mundo, e a recomendação de que fossem aceleradas as discussões em torno das reformas tributária e trabalhista – ambas, até o momento, sem um capítulo final.



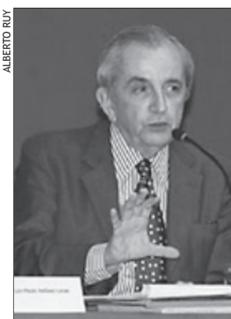
Os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães (E), Fernando Bezerra e Rodolpho Tourinho

Cidadão enfrenta obstáculos de papel, carimbo e muito dinheiro

Comparado a Portugal e Espanha, o Brasil tem relações entre governo e cidadão difíceis, complexas, cheias de obstáculos, avalia o advogado José Piquet Carneiro, presidente do Instituto Hélio Beltrão, instituição privada, sem fins lucrativos, que estuda burocracia, ética e administração pública.

– As medidas anunciadas retomam princípios da administração simplificada e atos do Programa de Desburocratização lançados há três décadas pelo ex-ministro Hélio Beltrão. A iniciativa é válida, ainda que apenas restabelecendo normas já em vigor, mas caíram em desuso – diz o advogado.

Ele prevê dificuldades para implementar as medidas, devido à resistência cultural do Estado brasileiro, de desconfiar do cidadão e de exigir comprovações e documentos absurdos.



Só o Brasil pede reconhecimento de firma, burocracia que serve apenas aos cartórios, afirma José Geraldo Piquet

Segundo ele, só no Brasil é preciso ir ao cartório reconhecer firma de um documento, quando bastaria que ele fosse assinado pelo interessado na presença do servidor público.

– Reconhecimento de firma e cópia autenticada são burocracias que servem aos cartórios, interessados no discurso de reforço à segurança nas transações comerciais. Mas isso é propaganda enganosa, argumento falacioso. Se eu assino na sua frente e você na minha, e ambos conferimos as nossas



Há 30 anos, ex-ministro da Desburocratização Hélio Beltrão lançou medidas retomadas hoje

identidades, não pode haver segurança maior. Quando você compra um equipamento de R\$ 1 milhão de uma empresa não precisa reconhecer firma, e ainda assim a transação comercial é confiável e segura.

Os cartórios repetem essa cultura do medo. Vá lá que 2% ou 3% das pessoas fraudem uma transação comercial. Mas isso não justifica que os outros 97% honestos tenham que se submeter a exigências absurdas. O reconhecimento de firma não dá validade maior ao documento.

Para o cidadão, conseguir aposentadoria é o maior desafio

A pesquisa CNI/Ibope mostrou que, para 61% dos entrevistados, os benefícios do INSS são os mais difíceis de serem obtidos. A maioria admitiu que nem sequer enfrentou o processo no INSS, mas percebe que é uma corrida de obstáculos, em que só os bem

preparados chegam ao fim.

Outro desafio é abrir ou fechar uma empresa (57 e 52%, respectivamente), seguida da obtenção da habilitação de motorista, do licenciamento ou transferência de veículo (46%) e da compra ou aluguel de imóveis (45%).

Dos males, o pior

Desafio	Muito difícil/Difícil	Fácil/Muito fácil
Pedir benefícios no INSS	61%	15%
Abrir uma empresa	57%	13%
Fechar uma empresa	52%	17%
Documento no Detran	46%	20%

Você sabia?

Segundo relatório do Banco Mundial (Bird) de 2006, o Brasil é o quarto país mais burocrático do mundo. Estima-se que cerca de 5% do produto interno bruto (PIB) sejam desperdiçados por conta de entraves burocráticos. De acordo com o Bird, abrir uma empresa no Brasil demora três vezes mais tempo (152 dias) que a média mundial. Para poder exportar, uma empresa nacional precisa gastar 39 dias apenas cumprindo formalidades legais.

Os cinco tipos de cartório

Registro Civil

Registra nascimentos, casamentos, óbitos, divórcios e outros documentos

Protesto

Protesta títulos não pagos, como duplicatas, cheques, promissórias etc.

Registro de Imóveis

Registra e fiscaliza a transmissão de propriedades imobiliárias

Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas

Registra documentos de bens móveis, imóveis, sociedades civis e religiosas etc.

Tabelião de Notas

Lavra testamentos, escrituras e procuração

Há cinco séculos, tradição e lucro

Com raízes no século 16, para os brasileiros os cartórios são um bicho-papão, que emite certidões de nascimento, casamento e óbito, registro de imóveis, protesto de títulos, escrituras, procurações, reconhecimento de firmas e autenticações. Somente no 1º Ofício de Notas de Brasília, mais de 7 mil folhas são carimbadas diariamente. Em maio de 2008, a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça apurou, a partir de dados de 90% dos cartórios, que, juntos, eles recolheram mais de R\$ 4,4 bilhões anuais – R\$ 344 mil por cartório. Mas enquanto cartórios de imóveis ou de protestos de títulos são muito rentáveis, os que prestam serviços gratuitos, como certidões de nascimento, têm faturamento baixo. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil alega que o CNJ mostrou só a arrecadação bruta e não o rendimento líquido.

legislação

STF decide sobre excesso de feriados

Entidades de empresários questionam na Justiça datas criadas por estados e municípios, nas quais são obrigados a pagar hora extra em dobro

Uma disputa jurídica entre a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e o estado do Rio de Janeiro, que promulgou nos últimos anos três leis instituindo novos feriados, reacendeu o debate sobre a conveniência e a competência para criar dias de comemoração em que empregados ficam dispensados do trabalho.

A CNC acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra as leis fluminenses e, no final de 2008, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, já se pronunciou contrário aos novos feriados, por entender que eles são inconstitucionais.

Os feriados são considerados “jornadas de descanso remunerado”, dando aos funcionários o direito a hora extra em dobro. Por isso, o procurador-geral considera que “a multiplicação desordenada dos dias de proibição de trabalhar resulta num agravamento dos custos suportados pelos comerciantes”.

Se os ministros do STF mantiverem esse entendimento, os feriados de São Jorge (23 de maio), da terça-feira de Carnaval (que este ano cai no dia 24 de fevereiro) e da Consciência Negra (20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares), podem ser rebaixados à condição de datas comemorativas, ou seja,

dias em que o trabalho é permitido – e até obrigatório, caso não haja convenção coletiva de trabalho em contrário –, segundo a legislação trabalhista nacional. Uma decisão do Supremo pode, inclusive, ter repercussões em feriados de outros estados.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) divulgou, em novembro, um estudo que estima que, a cada feriado, o Brasil perderá na média R\$ 12,9 bilhões de seu produto interno bruto (PIB) em 2009 (veja matéria).

Tanto a CNC quanto o Ministério Público consideram que a competência para legislar sobre feriados é da União, por meio do Senado e da Câmara dos Deputados. O artigo 22 da Constituição determina que só lei federal pode dispor sobre o direito trabalhista. E a interpretação da entidade e do procurador é que um feriado interfere na relação entre empregados e empregadores.

Pela Lei 9.093, de 1995, somente a União pode instituir os chamados “feriados civis”, que têm efeito para fins trabalhistas. Os estados têm somente um feriado para a comemoração da chamada “data magna” (data de criação, emancipação etc.). Eles podem ainda, pela mesma lei, declarar datas comemorativas. Já os municípios podem ter até quatro feriados.



Feriados estaduais, como a terça-feira de Carnaval no Rio de Janeiro, podem ser rebaixados a “datas comemorativas”

O que é comemorado nos estados

Veja aqui algumas datas comemoradas nos estados (nem todas são feriados)

Acre

23/1 – Dia do Evangélico
15/6 – Aniversário do estado
6/8 – Revolução Acreana
5/9 – Dia da Amazônia
17/11 – Assinatura do Tratado de Petrópolis
28/12 – Aniversário da capital, Rio Branco

Alagoas

16/9 – Emancipação política
20/11 – Dia da Consciência Negra
5/12 – Aniversário da capital, Maceió

Amapá

4/2 – Aniversário da capital, Macapá
19/3 – Dia de São José
5/10 – Criação do estado
20/11 – Dia da Consciência Negra

Amazonas

5/9 – Elevação à categoria de província
20/11 – Dia da Consciência Negra
8/12 – Dia de Nossa Senhora da Conceição
24/10 – Aniversário da capital, Manaus

Bahia

29/3 Aniversário da capital, Salvador
2/7 – Independência da Bahia
20/11 – Dia da Consciência Negra

Ceará

19/3 – Dia de São José
13/4 – Aniversário da capital, Fortaleza

Distrito Federal

21/4 – Fundação de Brasília
30/11 – Dia do Evangélico

Espírito Santo

23/5 – Colonização do Solo Espírito-Santense
8/9 – Aniversário da capital, Vitória
28/10 – Dia do Servidor Público

Goias

24/10 – Aniversário da capital, Goiânia
28/10 – Dia do Servidor Público

Maranhão

28/7 – Adesão à independência do Brasil
8/9 – Aniversário da capital, São Luís
8/12 – Dia de Nossa Senhora da Conceição

Mato Grosso

8/4 – Aniversário da capital, Cuiabá
20/11 – Dia da Consciência Negra

Mato Grosso do Sul

26/8 – Aniversário da capital, Campo Grande
11/10 – Criação do estado

Minas Gerais

21/4 – Data magna do estado, Tiradentes
12/12 – Aniversário da capital, Belo Horizonte

Pará

12/1 – Aniversário da capital, Belém
15/8 – Adesão do Grão-Pará à independência do Brasil
8/12 – Nossa Senhora da Conceição

Paraíba

5/8 – Emancipação política do estado e aniversário da capital, João Pessoa

Paraná

29/3 – Aniversário da capital, Curitiba
19/12 – Emancipação política

Pernambuco

6/3 – Data magna de Pernambuco
12/3 – Aniversário da capital, Recife
24/6 – Dia de São João
16/7 – Dia de Nossa Senhora do Carmo
8/12 – Dia de Nossa Senhora da Conceição (apenas no Recife)

Piauí

13/3 – Dia da Batalha do Jenipapo
16/8 – Aniversário da capital, Teresina
19/10 – Dia do Piauí

Rio de Janeiro

20/1 – Dia de São Sebastião
24/2 – Terça-feira de Carnaval (festa móvel, data de 2009)
1/3 – Aniversário da capital, Rio de Janeiro
23/4 – Dia de São Jorge
15/10 – Dia do Comércio
20/11 – Dia da Consciência Negra

Rio Grande do Norte

29/6 – Dia de São Pedro
3/10 – Mártires de Cunha e Uruçu
25/12 – Aniversário da capital, Natal

Rio Grande do Sul

26/3 – Aniversário da capital, Porto Alegre
20/9 – Revolução Farroupilha

Rondônia

4/1 – Criação do estado
18/6 – Dia do Evangélico
2/10 – Aniversário da capital, Porto Velho

Roraima

9/7 – Aniversário da capital, Boa Vista
5/10 – Criação do estado

Santa Catarina

23/3 – Aniversário da capital, Florianópolis
11/8 – Criação da capitania, separando-se de São Paulo

São Paulo

25/1 – Aniversário da capital, São Paulo
9/7 – Revolução Constitucionalista de 1932
20/11 – Dia da Consciência Negra

Sergipe

17/3 – Aniversário da capital, Aracaju
8/7 – Autonomia política

Tocantins

18/3 – Dia da Autonomia
20/5 – Aniversário da capital, Palmas
5/10 – Criação do estado

Dia da Consciência Negra será feriado nacional

Com a força de impedir os questionamentos feitos a leis municipais e estaduais, projetos de lei tramitam no Congresso para instituir como feriados o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), a terça-feira de Carnaval e o Corpus Christi.

Prestes a ser transformado em lei, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que declara feriado o dia da morte de Zumbi dos Palmares (PLS 302/04) foi acatado pela Comissão de Educação (CE). Antes disso, a CE já havia aprovado proposta de Serys Slhessarenko (PT-MT) criando o Dia Nacional da Consciência Negra, mas sem dar a ele o *status* de feriado.

Na Câmara, os projetos foram votados em novembro. Por ter sofrido mudanças (o texto passou a fazer referência à Lei 9.093/05 e o feriado foi batizado de Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra), a proposta voltará ao Senado, antes de ser enviada à sanção do presidente Lula, que já se manifestou a favor.

O relator na CCJ da Câmara, deputado Silvinho Peccioli (DEM-SP), argumentou que embora haja relutância na criação de novos feriados no Brasil, o Dia da Consciência Negra já faz parte do calendário brasileiro e, por lei, integra o calendário escolar.

– Zumbi, tal como Tiradentes, teve a cabeça decepada e exposta



Paulo Paim é autor da homenagem a Zumbi: mudanças no texto farão projeto ser votado novamente pelo Senado



Valdir Raupp quer incluir a terça-feira de Carnaval e o Corpus Christi entre os dias de “descanso remunerado”



Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra: data já adotada em 360 municípios pode se tornar feriado nacional

à exibição pública. E eternizou-se na consciência de todos os brasileiros como símbolo da luta pela liberdade – afirmou o deputado.

No ano passado, 360 dos 5.564 municípios comemoraram a data. Em 303 deles, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Maceió e Cuiabá, os bancos não abriram.

Outro projeto (PLS 157/06), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), inclui a terça-feira de Carnaval e o Corpus Christi na lista de feriados definidos pela Lei 9.093, de 1995. Apesar de, por costume, as datas serem feriados para bancos e o serviço público, comércio e indústria não são obrigados a

tratar esses dias como descanso remunerado dos trabalhadores, o que só aconteceria com a aprovação do projeto. A proposta foi acatada em caráter terminativo pela CE do Senado, com relatório favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE), mas foi rejeitada recentemente pela Câmara.



Brasil perde 5% do PIB com dias parados, diz estudo da indústria

Além da crise econômica mundial, outro fator ameaça o desempenho do PIB brasileiro este ano: o grande número de feriados. De acordo com cálculos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), 5% do PIB nacional será perdido em dias em que não se trabalha.

A Firjan estima que R\$ 155,6 bilhões deixarão de ser produzidos por conta das 12 datas nacionais (11 em dias úteis) e 39 estaduais (29 em dias úteis) que são feriados.

Apesar de fazer uma projeção com base no PIB total, desprezando as atividades que inclusive ganham impulso por conta dos feriados (turismo,

lazer etc.), o estudo da Firjan não considera os feriados municipais e o conhecido “enforcamento” de segundas ou sextas-feiras impressados entre feriados e fins de semana.

Como o Brasil produzirá cerca de R\$ 12,9 bilhões por dia em 2009, a entidade estima que, com tantos feriados, o país perderia um PIB inteiro a cada 20 anos.

Em 2008, as perdas diárias com feriados ficaram em R\$ 11,6 bilhões e o total de perdas teriam somado R\$ 105,1 bilhões (houve apenas oito feriados em dias úteis), valor superior a dez vezes o que foi gasto com o Bolsa Família.

Resultados estimados para o Brasil (em R\$ bilhões)	2008*	2009**
PIB	2.857,0	3.093,0
PIB nacional por dia útil trabalhado	11,6	12,9
PIB perdido por feriados nacionais	92,9	142,3
PIB perdido por feriados estaduais	12,2	13,3
PIB perdido total	105,1	155,6
Perda/PIB nacional	3,7%	5,0%

*8 feriados nacionais + 29 feriados estaduais em dias úteis;

**11 feriados nacionais + 29 feriados estaduais em dias úteis.

Fonte: Nota técnica 19, de 2008, da Gerência de Estudos e Pesquisas do Sistema Firjan, com dados do Banco Central, IBGE e Ipea.

debates

Serys exalta eleição de mulheres para a Mesa

Senadora lembra que pela primeira vez duas mulheres ocupam simultaneamente cargos efetivos na direção do Senado

Ao agradecer em Plenário, na sexta-feira, na eleição para a 2ª Vice-Presidência do Senado, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) considerou históricas a eleição do senador José Sarney (PMDB-AP) para a Presidência da Casa e a dos demais integrantes da Mesa, por dois motivos: a garantia dada por Sarney de que se empenhará para aprovar matérias importantes, como as reformas política e tributária e a limitação da edição de medidas provisórias; e o fato de que, pela primeira vez na história do Senado, duas mulheres ocupam cargos efetivos na Mesa – ela e a senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), esta na 4ª Secretária.

Serys lembrou que Sarney, em seu discurso de posse, também



FOTOS: J. FREITAS

Serys considera históricas a eleição de Sarney, por se comprometer com a aprovação de matérias importantes, e a ascensão feminina à direção do Senado

disse apoiar o governo Lula e afirmou que buscará manter relações harmônicas com o Executivo. Também registrou que, preocupado em reduzir gastos neste momento de crise financeira mundial, o presidente Sarney já determinou um corte nas despesas da ordem de R\$

51,1 milhões, o que representa 10% do orçamento da Casa para 2009 nas rubricas de custeio e investimento.

– Assumo com os atuais membros da Mesa diretora a disposição de contribuir com o presidente para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos.

Mão Santa: nova Mesa do Senado será forte e atuante

O senador Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu, em discurso na sexta-feira, aos senadores do PTB o apoio que, segundo ele, foi importante para garantir a eleição de José Sarney como presidente da Casa. Foram sete votos que “legitimaram a vitória de um estadista”.

Mão Santa disse que a nova

Mesa será muito atuante por ter o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) como 1º secretário, não somente por sua capacidade de trabalho, mas também por sua grande facilidade de fazer e conservar amigos até o final da vida deles, como aconteceu com Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Luís Eduardo Magalhães.

Segundo Mão Santa, o Piauí é o estado campeão de beneficiários do Bolsa Família, mas o que os piauienses querem, de verdade, é receber mais escolas e hospitais e ver terminadas obras públicas de infraestrutura que tragam trabalho para todos. Ele também pediu a conclusão de obras no estado.

Cristovam propõe discussão sobre desigualdade no Brasil

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs, na sexta-feira, que o Senado comemore os 120 da República, que se completam neste ano, com debates e reflexões sobre a falta de igualdade de direitos na sociedade brasileira.

O senador disse que a concentração de renda e a desigualdade social brasileiras não deveriam ser características de uma República que completa 120 anos. Ele argumentou que no Reino Unido, por

exemplo, que é uma monarquia, a diferença de qualidade entre a escola do príncipe e a escola do filho de um trabalhador não é tão grande quanto é no Brasil a diferença entre a escola do filho de um rico e aquela do filho de um trabalhador.

Para Cristovam, é preciso debater a concentração de renda no Brasil, bem como discutir formas de se completar a abolição da escravidão.

Mário Couto cobra benefício a aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do governo ações concretas para assegurar a aprovação de projetos que beneficiem os aposentados. Ele destacou matérias já acolhidas pelo Senado e que aguardam deliberação da Câmara, como o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário para quem recebe até R\$ 3 mil.

Ao lembrar vigílias realizadas no ano passado pelos senadores, visando agilizar a tramitação da matéria, Mário Couto também defendeu o reajuste das aposentadorias pelo índice aplicado ao salário mínimo.

– O governo diz não ter recurso para os aposentados, mas gastou R\$ 1 bilhão e 400 milhões com diárias, só em 2008. É uma humilhação. O senador também manifestou preocupação com a violência no Pará.

Maciel lamenta corte de 18% em recursos para ciência e tecnologia

O corte de 18% no Orçamento da União de 2009 para o setor de ciência e tecnologia foi criticado por Marco Maciel (DEM-PE). O senador classificou a medida como uma grande surpresa e também uma contradição, já que o governo, segundo observou, havia se comprometido a ampliar os recursos para o setor.

– Se o governo não revir esse corte, teremos uma redução muito

significativa em ciência e tecnologia no país, bem como na concessão de bolsas de estudos para o setor, fazendo com que continuemos marchando a passos muito lentos no progresso científico e tecnológico – afirmou Maciel.

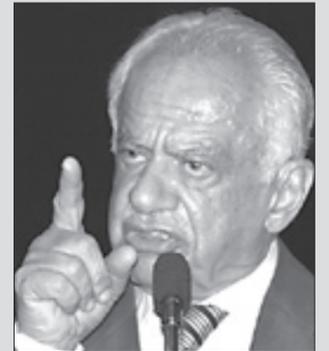
O senador lembrou que a meta anunciada pelo governo brasileiro é a de chegar a investir em ciência e tecnologia o equivalente a 1,5% do produto interno bruto (PIB).

Simon elogia Obama por ter pedido desculpas ao país

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) comparou a atitude do presidente norte-americano, Barack Obama, que admitiu ter errado ao indicar dois membros de sua equipe acusados de irregularidades – eles desistiram de assumir os cargos após as denúncias – com o que ocorre no Brasil. Ele citou, como exemplo, o caso do deputado federal Edmar Moreira (DEM-MG), que assumiu há poucos dias o cargo de corregedor e de 2º vice-presidente da Câmara dos Deputados e está sendo acusado de omitir, em sua declaração de bens, uma propriedade em que foi construído um castelo avaliado em R\$ 20 milhões.

– Lá, o presidente Obama se dirige ao país, pedindo desculpas. Aqui, nada acontece – declarou ele.

Edmar Moreira também é acusado de não pagar dívidas com a Previdência Social. O partido do deputado, o DEM, recomendou que ele renunciás-



“Aqui, nada acontece”, diz Simon, referindo-se ao caso do deputado dono de um castelo

se aos dois cargos.

– O Brasil não é o país mais corrupto do mundo. O problema é que, em outros países, cada um paga a sua conta.

Simon ainda destacou a decisão de Obama de fechar a prisão de Guantánamo em Cuba e de proibir a tortura de presos. Outra providência de Obama elogiada por Simon foi a imposição de restrições à atuação dos lobistas.

Mozarildo cobra plano para Amazônia

O governo Lula ainda não definiu um projeto para o desenvolvimento da Amazônia, assinalou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao comentar estudo sobre a região divulgado pelo ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segundo Mangabeira, só a partir do zoneamento econômico será possível formular um projeto econômico para a região. Mozarildo avalia que a regularização fundiária é o nó da questão amazônica.

VOTOS DE PESAR À FAMÍLIA DE JURACI MAGALHÃES

O Senado encaminhou na sexta-feira dois requerimentos de voto de pesar e apresentação de condolências à família do ex-prefeito de Fortaleza Juraci Magalhães. Um requerimento foi apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o outro por Pedro Simon (PMDB-RS). Ao ler os documentos na presidência da sessão, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou apreço e admiração pelo médico cearense, falecido em 21 de janeiro passado devido a um câncer de pulmão contra o qual lutou por mais de uma década.

DIRETAS JÁ E ADÃO PRETTO

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou sexta-feira a iniciativa do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) de propor voto de aplauso por ocasião dos 25 anos do início do movimento Diretas Já, comemorado no dia 12. O voto, a ser submetido ao Plenário, relembra ainda a participação, na campanha, do locutor esportivo Osmar Santos. Simon também lamentou a morte, na quinta-feira, do deputado Adão Pretto (PT-RS), um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

RECONDUÇÃO

Adelmir Santana (DEM-DF) foi reconduzido pela segunda vez ao cargo de presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Na cerimônia de sua posse, realizada na última quarta-feira, o senador disse que a “grave” crise econômica vivida pelo mundo pode ser enfrentada e que, no caso brasileiro, o Sebrae tem papel importante para “ajudar as micro e pequenas empresas a superar as dificuldades e continuar no caminho do desenvolvimento”.

Formatura, em dezembro do ano passado, de alunos de especialização *lato sensu* da Universidade do Legislativo Brasileiro

MEC começa a avaliar os cursos da Unilegis

Administração Legislativa e Direito Legislativo serão os primeiros a serem examinados. Objetivo é obter o credenciamento da instituição de ensino

Dois especialistas do Ministério da Educação farão uma visita à Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) nesta terça e quarta-feira para examinar os cursos de Administração Legislativa e Direito Legislativo. Para a próxima semana, está prevista a avaliação dos cursos de Comunicação Legislativa e Ciência Política. A vice-reitora da Unilegis, Vânia Maione, disse estar otimista quanto à possibilidade de credenciamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ainda neste semestre.

– Até junho, acredito que saia [o credenciamento]. O grande ganho é para o funcionário e para

a Unilegis, [que deverá] entrar no rol das instituições credenciadas pelo MEC – afirmou Vânia.

A principal vantagem para o servidor, disse, será o aproveitamento de créditos de disciplinas. Atualmente, observou, se o aluno é reprovado por faltas ou insuficiência de aproveitamento, ele não pode aproveitar créditos e precisa repetir o curso integralmente.

No primeiro semestre, informou a vice-reitora, estará em andamento o curso de Administração Legislativa, iniciado em 2008. A partir de agosto, começa uma nova turma de Ciência Política.

– Acredito que o curso de Ciência Política vá começar com a

Unilegis já credenciada.

Vânia Maione informou ainda que, pelo fato de a instituição contar com um corpo docente pequeno, será oferecido somente um curso de pós-graduação por semestre.

Por julgar que as áreas de Direito e Economia vêm sendo cada vez mais necessárias nos trabalhos legislativos do Senado, o curso de extensão Direito e Economia, com início previsto para agosto, está sendo formatado cuidadosamente, segundo Vânia Maione. A coordenação caberá à servidora do Senado e pós-doutoranda Flávia Santinoni Vera. Só poderá fazer o curso quem tiver mestrado ou for mestrando.

Interlegis fará censo do Legislador e segundo censo do Legislativo

A Comunidade Virtual do Poder Legislativo – Interlegis – está preparando dois novos censos: o 2º Censo do Legislativo, em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o 1º Censo do Legislador, que pretende identificar a trajetória política dos parlamentares e o modo como trabalham. A pesquisa com os senadores, deputados estaduais e federais será censitária, enquanto a pesquisa com os vereadores será por amostragem, devido ao elevado número (cerca de 50 mil).

O Interlegis já fechou a primeira parceria para os novos censos, com a Assembleia Legislativa do Maranhão, que cedeu um consultor estatístico para auxiliar no planejamento e na análise dos estudos.

Senado publica resultado final de concurso para 15 áreas

O Senado publicou, no *Diário Oficial da União* do dia 29 de janeiro, três atos que homologam o resultado final do concurso público para as categorias funcionais de analista legislativo (áreas de administração, contabilidade, engenharia elétrica, engenharia mecânica, medicina, processo legislativo, biblioteconomia, estatística e arquitetura), técnico legislativo (áreas de administração e processo legislativo), analista de informática legislativa (análise de sistemas e análise de suporte de sistemas), consultor legislativo (assessoramento em orçamento) e advogado do Senado Federal.

Os resultados para os outros cargos – que dependem de provas práticas e/ou do curso de formação – serão divulgados posteriormente.

presidência

Sarney defende autonomia e independência do Senado

“Olha, 2010 ainda está muito longe”. A afirmação é do presidente do Senado, José Sarney, ao ser indagado, na terça-feira, sobre o poder que ganha o PMDB ao ter agora as duas Casas do Legislativo sob seu comando. Sarney saía da cerimônia de posse do ministro José Jorge no Tribunal de Contas da União (TCU) e enfatizou, em uma rápida entrevista, que não está preocupado com a sucessão presidencial.

– A Constituição federal prevê, definitivamente, como devem ser as relações entre os Poderes. Devem ser com harmonia. E nós vamos exercer esse comportamento, sem prejuízo da independência e da autonomia do Senado Federal – respondeu.

Sarney também foi indagado sobre as coligações que os partidos devem conduzir com vistas à sucessão do presidente da República, em 2010. Ele disse que só concebe esse

tipo de tratativa no âmbito partidário.

– Sempre foi o meu estilo e é do meu estilo [acreditar] que essa é uma tarefa das lideranças, porque são elas que coordenam as respectivas bancadas.

– Mas com a presidência das duas Casas do Congresso nas mãos do PMDB, como deve caminhar o partido para 2010? – indagaram-lhe ainda à saída do TCU.

– Olha, 2010 ainda está muito longe. Nós apenas estamos tratando da administração das duas Casas do Congresso.

A cerimônia de posse de José Jorge foi marcada pela presença de parlamentares. Ele ocupou a vaga deixada pelo ministro Guilherme Palmeira. Pernambucano do Recife, ex-ministro de Minas e Energia do governo Fernando Henrique Cardoso, José Jorge foi deputado federal por quatro mandatos e senador no período de 1999 a 2007.

“Lula não aceita tese do 3º mandato”

Em audiência concedida ao presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Jorge Amanajás (PSDB), Sarney disse, na quinta-feira, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe afirmou que “não aceita a tese do terceiro mandato ou quaisquer outras iniciativas nesse sentido”. A informação foi transmitida à imprensa por meio de nota.

De acordo com a assessoria de imprensa do presidente do Senado, Sarney classificou os comentários sobre um

terceiro mandato como especulação, e defendeu uma reforma política ampla, séria e efetiva que, entre outros temas, poderá até abranger o mandato do presidente da República. Ele também disse, segundo sua assessoria, que, pessoalmente, aceita a tese de aumento do mandato, mas sem direito à reeleição. Sarney explicou que, com base em sua experiência, quatro anos é pouco tempo, mas cabe ao Congresso Nacional decidir sobre o assunto.

HERÁCLITO SUSPENDE LICITAÇÃO

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou na terça-feira, logo depois de empossado no cargo, que está suspensa a licitação para a compra de 1.724 cadeiras e 62 sofás prevista no edital relativo ao pregão 003/09, que seria realizado justamente naquele dia. O valor estimado da compra seria de R\$ 2.490.961,42.

Registrada sob o Processo 018.865/07-0, a licitação ocorreria na modalidade pregão do tipo menor preço por grupo, “destinada a contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário destinado às diversas unidades administrativas do Senado”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Celso Amorim fala sobre política internacional

Em entrevista ao *Diplomacia*, o ministro das Relações Exteriores faz um balanço da estratégia brasileira para enfrentar os novos e desafiadores cenários mundiais

Crise financeira internacional, novo governo nos Estados Unidos, guerra no Oriente Médio, balança comercial em queda, diálogo Sul-Sul, integração regional. As situações são diversas e o desafio da política internacional brasileira é elaborar uma estratégia diplomática que leve em conta todos esses fatores e que se antecipe aos cenários internacionais que poderão se apresentar. É exatamente sobre a estratégia diplomática brasileira que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, fala com exclusividade ao programa *Diplomacia* da TV Senado.

Celso Amorim informa que a balança comercial do Brasil poderia estar bem mais deficitária se o governo não tivesse adotado no passado uma política de diversificação dos mercados importadores de produtos brasileiros. Hoje, as exportações para os Estados Unidos representam, segundo ele, apenas 14% do volume total, enquanto que a América do Sul já responde por 20%.

É nesse sentido que o ministro acredita ser benéfica a formalização da entrada da Venezuela no Mercosul, assunto em pauta no Senado Federal. A presença daquele país no bloco poderia trazer novas oportunidades comerciais e, no campo político,

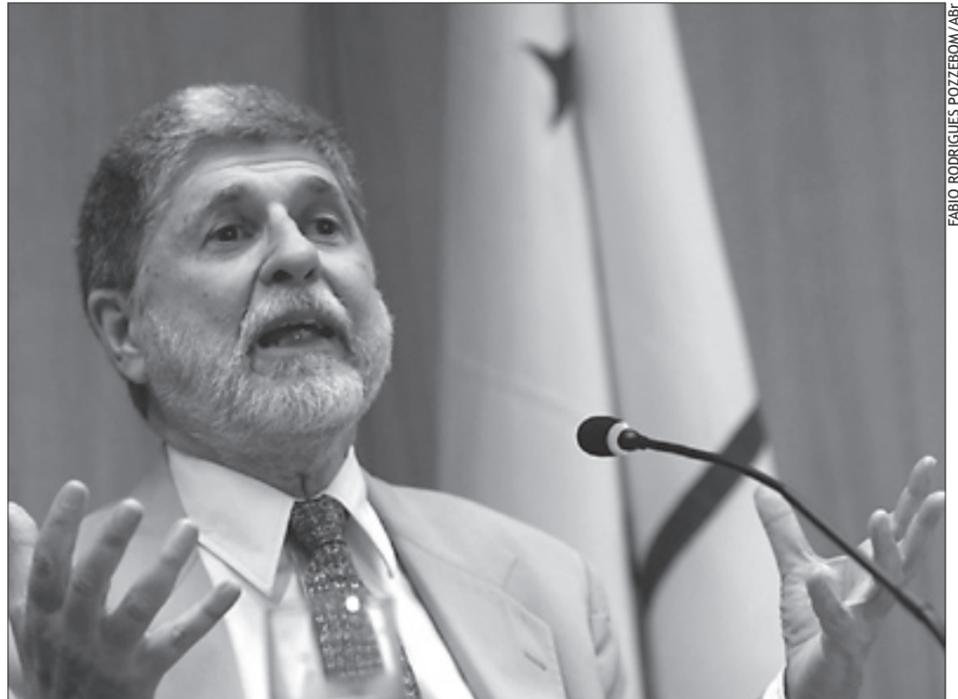
permitir que o diálogo flua mais fácil no âmbito, por exemplo, do Parlamento do Mercosul (Parlasul). Com um quinto integrante, poderá haver maior equilíbrio das forças internas, facilitando a aprovação da definição das bancadas parlamentares de cada país membro. Hoje, com a presença de quatro países, a divisão proporcional no Parlasul geraria um desequilíbrio em favor do Brasil e, por isso, há uma resistência em se definir a quantidade de parlamentares a que cada país terá direito.

– Mais gente no Mercosul, mais equilíbrio no Parlasul. Equilíbrio que poderá permitir num futuro a concessão de poder deliberatório ao Parlamento do Mercosul – ressalta o chanceler.

O velho sonho brasileiro de reformar a Organização das Nações Unidas (ONU) e ter um assento permanente no Conselho de Segurança não foi abandonado e pode, segundo Celso Amorim, ocorrer até o final do governo Lula.

Diplomacia

TV Senado
14/2, sábado, às 11h30 e 22h30
15/2, domingo, às 9h e 17h



Ministro defende entrada da Venezuela no Mercosul e acredita em vaga no Conselho de Segurança da ONU

Conexão Senado destaca a pauta da Casa no biênio 2009/2010

Ao assumir a Presidência do Senado e do Congresso Nacional, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que quer votar as reformas política e tributária. Além dessas propostas, quais serão os temas tratados pelos senadores neste ano e no próximo? As eleições de 2010 podem prejudicar o trabalho legislativo?

A Rádio Senado vai ouvir parlamentares da base governista e da oposição para obter respostas a essas perguntas. Acompanhe o resultado no quadro Entrevista Especial, do programa *Conexão Senado*.

Conexão Senado

Senado FM e OC: segunda-feira, 9/2, às 8h
Internet: segunda-feira, 9/2

Senado Economia: análise das primeiras decisões de Obama

As impressões causadas pelas primeiras decisões do presidente americano Barack Obama e seus reflexos no mundo são um dos assuntos do *Senado Economia*. O programa conversa com o historiador Marco Antônio Villa, da Universidade de São Carlos (SP).

Villa também fala da América Latina, com ênfase no México e na Argentina, e dos efeitos que a crise econômica e o desemprego terão no regime político chinês.

Senado Economia

Senado FM: segunda-feira, 9/2, às 7h30
Internet: sexta-feira, 6/2



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Cooperativas agrícolas não são solução

"Investir nas cooperativas não é a solução para o setor agrícola. A única solução é investir diretamente em quem produz, pois as cooperativas já escravizaram os agricultores e a crise não é das cooperativas e sim dos agricultores. Deve-se incentivar a formação de grupos para a construção de silos, instruir os agricultores a vender o produto quando o mercado estiver em alta e alertá-los que no vencimento dos financiamentos seus produtos perdem o valor."

Reni Garcia Spamborski, de Céu Azul (PR)

Para que servem os vereadores?

"A Câmara Municipal do Rio de Janeiro é campeã em ineficiência, denúncias de corrupção e projetos de lei demagógicos. Projeto de lei do vereador Roberto Monteiro (PCdoB), aprovado pela Câmara, vetado pelo ex-prefeito César Maia e com o veto derrubado, obriga a prefeitura a preencher 20% de cargos comissionados com negros e pardos, assim como as empresas que firmam contrato ou convênio com o Executivo. Como aferir tecnicamente a raça de uma pessoa, sem precisar usar aqueles exames caríssimos? Por que não oferecer cotas para deficientes físicos ou pessoas com nível superior? A primeira serviria como integração social e a segunda, como reconhecimento para a atividade intelectual."

Fabio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

Detector de metal

"Ao tentar entrar em uma agência da Caixa Econômica Federal, em minha cidade, passei por grande constrangimento. Fui barrado devido à alta sensibilidade do detector de metal. Solicito aos parlamentares a aprovação de uma lei que retire os detectores de metal das entradas das agências. A segurança é muito falha, despreparada e mal-educada."

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ética

"Pensava-se que o problema do voto secreto estivesse realmente resolvido, além da extinção da imunidade parlamentar e do foro privilegiado para políticos acusados de corrupção. A população quer saber dos líderes de partidos quem são os parlamentares contrários a essas mudanças e aqueles que estão a favor da ética e da moral na política. E por que o Congresso Nacional ainda não transformou essas medidas em lei?"

Antonio D'Agrella, de São Paulo (SP)

Educação de qualidade

"Educação não é somente oferecer escolas boas e ensino de qualidade a uma parte da população. É preciso, sim, retirar os menores das ruas e oferecer educação adequada para que eles possam ser alguém na vida, trabalhando e se esforçando como outros jovens."

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

Código Penal

"Sugiro a aprovação de um projeto de lei que vise acabar com a impunidade no país, mudando o Código Penal para torná-lo mais rígido para os assassinos."

Wellington Silva Alves, de Poços de Caldas (MG)

Jornal do Senado

"Parabenizo o **Jornal Senado** pela prestação de serviço oferecida ao cidadão brasileiro, através da coluna Voz do Leitor, que propicia a participação de toda a sociedade, sem distinção."

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

Uso de cargos

"Gostaria de dizer que estou satisfeito com o Brasil. Só não estou satisfeito com alguns governantes que fazem uso de seus cargos para agirem de má-fé."

Sérgio Peixoto Carrijo, de Uberlândia (MG)

frases



Sem parlamento não há democracia, sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente. Sem parlamento forte, não há democracia forte. Enquanto nos outros Poderes as decisões são objeto de uma transparência relativa, nossos trabalhos sempre se realizaram em público, à luz do exame e do escrutínio do eleitor. Não temos lições de transparência a receber, mas podemos e devemos agir para que desapareçam quaisquer sombras que porventura levem à desconfiança para com o parlamento

José Sarney, em seu primeiro pronunciamento como presidente do Senado.

O Brasil não é o país mais corrupto do mundo. O problema é que, em outros países, cada um paga a sua conta. Aqui, ninguém paga nada

Pedro Simon, sobre Tom Daschle, que seria secretário de Saúde do governo Barack Obama, e Nancy Killefer, indicada para a fiscalização de gastos públicos, que desistiram de assumir os cargos por terem sonegado impostos.

Esperamos que este momento de discussão de cargos seja esquecido. Afinal, não passamos boa imagem quando discutimos espaços que podem ser considerados fisiológicos. A boa imagem do Congresso Nacional se recupera com posições afirmativas, com posturas políticas que correspondam às aspirações da população brasileira

Alvaro Dias, sobre a disputa de cargos para a Mesa diretora.

Se o governo não revir esse corte, teremos uma redução muito significativa em ciência e tecnologia no país, bem como na concessão de bolsas de estudos para o setor, fazendo com que continuemos a passos muito lentos no progresso científico e tecnológico

Marco Maciel, sobre corte de 18% nos recursos para ciência e tecnologia.

A violência mata, massacra e aterroriza. Certamente o estado mais violento deste país é o Pará

Mário Couto, citando dados que indicam aumento de até 40% dos índices de criminalidade no estado.



FOTOS: GERALDO MÁGELA

Estilingue ou vidraça, quero dizer que o Legislativo merece toda a nossa devoção. Eu pediria que encarassem a luta pelas prerrogativas do Legislativo com devoção. Só com devoção é que iremos redimir a dignidade de uma Casa como esta

Garibaldi Alves, no seu discurso de despedida.

A prova balística mostrou que foi o pai, na luta com quatro pessoas, nenhuma das quais o Cesare Battisti, que atirou infelizmente no próprio filho, causando uma tragédia com a qual me solidarizo

Eduardo Suplicy, em resposta a Demostenes Torres.

pergunte ao senador

Como está a PEC dos Vereadores?

"Preciso de uma resposta sobre o aumento do número de vereadores que está sendo votado no Congresso Nacional. A votação está sendo marcada para qual dia? Depois que for aprovado pelo Senado, precisa passar mais por onde? Qual será o prazo para que os suplentes possam assumir suas cadeiras?"

Tobias Franco Peixoto, de Casimiro de Abreu (RJ)

O senador **Mão Santa (PMDB-PI)** responde:

Prezado Tobias, eu fui uma das vozes mais fortes no Senado em defesa da proposta de emenda à Constituição que aumenta 7.343 cargos de vereadores no Brasil. O projeto já foi acatado pelos senadores e aguarda aprovação na Câmara. Se não houver modificações, vai à sanção presidencial. Fui também quem mais criticou o Poder Judiciário, que em 2004 anunciou que reduziria quase o mesmo número de vereadores para cortar gastos, o que não ocorreu. Não aceito o argumento de que as mudanças aumentariam os custos. Ora, eu fui prefeito: o dinheiro é fixo, representando 5% do orçamento. As mudanças aumentam a representatividade e darão chance

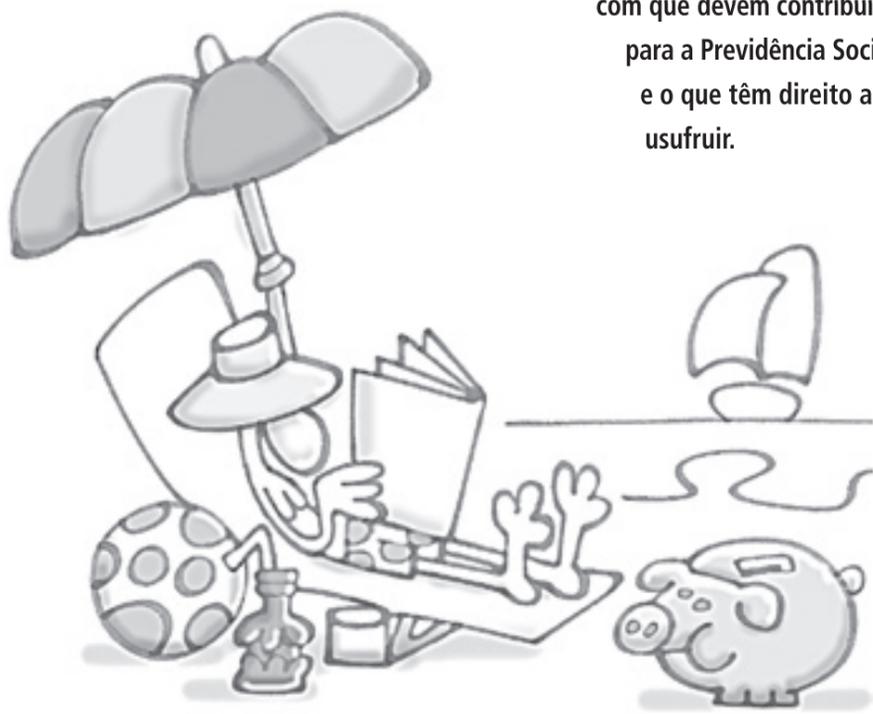
a outras facções políticas, já que nós vivemos no pluripartidarismo. No Brasil temos 51.924 vereadores. Com o aumento serão 59.267. Em Teresina, passarão de 21 para 29; em Parnaíba, de 11 para 19; Floriano, de 10 para 15; Piriá, de 10 para 15. São 24 faixas de composição das câmaras. Na primeira, um máximo de nove vereadores para municípios de até 15 mil habitantes. Já na última faixa, a PEC fixa o número máximo de 50 vereadores para municípios com mais de 8 milhões de habitantes, como São Paulo. Quanto aos suplentes, acredito que a situação será resolvida na Câmara, inclusive com efeito retroativo, para não prejudicá-los. Com certeza, o novo presidente Michel Temer dará prioridade à aprovação da PEC, tão importante para a política do país.



Os benefícios que vêm da Previdência Social

A contribuição previdenciária paga pelo trabalhador garante a ele benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como aposentadoria, pensão, auxílio-doença ou salário-maternidade. Saiba quais são as três categorias de segurados,

como se inscrever, o percentual com que devem contribuir para a Previdência Social e o que têm direito a usufruir.



Inscrição é feita nas agências do INSS ou pela internet

O trabalhador que deseja se tornar segurado da Previdência Social pode fazer sua inscrição em qualquer agência do INSS ou pela internet. Cadastrado no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), receberá o Número de Inscrição do Trabalhador (NIT). É preciso manter os pagamentos em dia, já que, com um ano de atraso, o segurado perde de imediato o direito aos benefícios, exceto aposentadoria. Mas é possível quitar débitos e regularizar a situação em agências do INSS. Conheça as três categorias de contribuintes da Previdência e os percentuais aplicados sobre os seus salários:

1 • EMPREGADO – trabalhador com carteira assinada; trabalhador temporário; diretor-empregado; pessoa com mandato eletivo; prestador de serviço a órgãos públicos; trabalhador de empresa nacional instalada no exterior, multinacional que funciona no Brasil, organismo internacional e missão diplomática sediada no país.

• **TRABALHADOR DOMÉSTICO** – aquele que presta serviço na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador: governanta, enfermeiro, jardineiro, motorista, caseiro e doméstica.

• **TRABALHADOR AVULSO** – presta serviço a várias empresas, mas é contratado por sindicatos e órgãos gestores de mão-de-obra: profissionais que trabalham em portos, na indústria de extração de sal e no ensacamento de cacau e café. Para esta categoria, a contribuição obedece às alíquotas incidentes sobre as seguintes faixas salariais:

8%	até R\$ 911,70
9%	de R\$ 911,71 a R\$ 1.519,50
11%	de R\$ 1.519,51 a R\$ 3.083,99

2 • CONTRIBUINTE INDIVIDUAL – pessoa que trabalha por conta própria (autônomo) e aquele que presta serviços de natureza

eventual a empresas, sem vínculo empregatício. São exemplos sacerdotes, síndicos remunerados, motoristas de táxi, vendedores ambulantes, diaristas, pintores, eletricitas e associados de cooperativas de trabalho.

• **SEGURADO FACULTATIVO** – pessoas com mais de 16 anos que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência, como donas-de-casa, estudantes, desempregados, presidiários não-remunerados e estudantes bolsistas. A contribuição é de 20% sobre a base de cálculo (chamada de salário-de-contribuição). Os contribuintes individuais e facultativos devem estar em dia com a Previdência a partir da inscrição. Caso deixem de contribuir, é preciso solicitar a baixa da inscrição em uma das agências da Previdência para não ficar em débito. Somente para os segurados individuais (autônomos que trabalham por conta própria e não prestam serviço a empresa) e facultativos que optarem pela exclusão do direito a aposentadoria por tempo de contribuição a alíquota é de 11%. Esse percentual é válido somente para contribuição calculada sobre o salário mínimo.

3 • SEGURADO ESPECIAL – trabalhador rural que produz em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. Estão incluídos nessa categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural, além de pescadores artesanais e índios que exercem atividade rural e seus familiares. A contribuição desse segurado corresponde a 2,3%, incidente sobre o valor bruto da comercialização de sua produção rural. Além desse percentual, o segurado especial também pode contribuir facultativamente aplicando a alíquota de 20% sobre o respectivo salário-de-contribuição para fazer jus aos benefícios previdenciários com valores superiores a um salário mínimo.

Segurados têm direitos como pensão, aposentadoria e auxílios

Eis os benefícios oferecidos pela Previdência Social aos segurados:

Aposentadoria por idade

Válida para trabalhadores urbanos aos 65 anos (homens) e aos 60 (mulheres). Para trabalhadores rurais a idade é de 60 (homens) e 55 (mulheres). Para ter direito ao benefício, trabalhadores urbanos inscritos a partir de 25 de julho de 1991 precisam comprovar 180 meses de contribuição. Trabalhadores rurais devem comprovar 180 meses de trabalho no campo.

Aposentadoria por invalidez

Concedida a trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados incapacitados pela perícia médica da Previdência. Aqueles que já tiverem a doença ou lesão ao se filiarem à Previdência não têm direito à concessão, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade. O benefício pode ser suspenso se o segurado não se submeter a perícia médica de dois em dois anos. Para essa aposentadoria, é preciso contribuir para a Previdência por no mínimo 12 meses, no caso de doença. Não há prazo de carência, mas é preciso estar inscrito.

Aposentadoria por tempo de contribuição

– Integral: o trabalhador deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição; a trabalhadora, 30.
– Proporcional: combina tempo de contribuição e idade mínima. Os homens podem solicitar aos 53 anos, com 30 de contribuição; as mulheres, aos 48 anos, e 25 de contribuição. Todos devem somar 40% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 para completar o período de contribuição.

Aposentadoria especial

Concedida ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Além do tempo de trabalho, ele deve comprovar efetiva exposição aos agentes físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos).

Auxílio-doença

Acessível ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador e a Previdência paga a partir do 16º dia de afastamento. No caso do contribuinte individual e do trabalhador doméstico, a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente, desde que o trabalhador tenha requerido o benefício e contribuído por no mínimo 12 meses – prazo que não é exigido em caso de acidente. A comprovação da incapacidade é feita pela perícia médica da Previdência. O auxílio obriga a exame médico periódico e participação em programa de reabilitação profissional.

Auxílio-acidente

Pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. É concedido para segurados – trabalhador empregado, trabalhador avulso e segurado especial – que recebam auxílio-doença. Não há prazo de contribuição, mas é preciso estar em

dia com o pagamento à Previdência e comprovar a incapacidade por meio de exame da perícia médica do INSS.

Por ter caráter indenizatório, esse auxílio pode ser acumulado com outros benefícios, mas deixa de ser pago quando o trabalhador se aposenta.

Auxílio-reclusão

Pago a dependentes do segurado preso. Não será concedido se o trabalhador estiver recebendo salário, auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência. Não é exigido tempo mínimo de contribuição, mas é preciso estar em dia com a Previdência. Os dependentes beneficiados devem comprovar, de três em três meses, que o trabalhador continua preso. O valor desse auxílio corresponde à média dos 80% melhores salários, desde que o último não ultrapasse R\$ 710,08.

Pensão por morte

Benefício pago à família do trabalhador quando ele morre. Não há tempo mínimo de contribuição, mas é necessário que o óbito tenha ocorrido enquanto o trabalhador estava em dia com as contribuições. Se o segurado morrer depois de ter deixado de pagar as contribuições, os dependentes terão direito a pensão se o trabalhador tiver cumprido, até a morte, os requisitos para obtenção de aposentadoria.

A pensão deixa de ser paga quando o pensionista morre, se emancipa ou completa 21 anos (filhos ou irmãos do segurado) ou quando acaba a invalidez (pensionista inválido).

Salário-maternidade

Concedido às trabalhadoras que contribuem para a Previdência e pago a partir do 8º mês de gestação (comprovado por atestado médico) ou da data do parto (comprovado pela certidão de nascimento) por 120 dias. O benefício estende-se também às mães adotivas. Não é exigido tempo mínimo de contribuição das trabalhadoras empregadas, empregadas domésticas e trabalhadoras avulsas, desde que comprovem esta condição na data do afastamento para fins de salário-maternidade ou na data do parto.

Para as contribuintes facultativa e individual são exigidos dez contribuições para ter direito ao benefício. A segurada especial receberá o salário-maternidade se comprovar no mínimo dez meses de trabalho rural.

Salário-família

Pago a trabalhadores com salário de até R\$ 710,08 para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos incompletos ou inválidos. Enteados e tutelados sem condições de sustento são equiparados aos filhos. De acordo com a Portaria 77 (12/3/08), o valor do salário-família será de R\$ 24,23 por filho, para o trabalhador que recebe até R\$ 472,43. Para quem receber de R\$ 472,44 até R\$ 710,08, R\$ 17,07 por filho. Têm direito ao benefício trabalhadores empregados e avulsos e não é exigido tempo mínimo de contribuição.

Saiba mais

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco E
Brasília (DF) – CEP 70040-912
Central de Atendimento: 135
www.previdencia.gov.br